

A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento*

Pedro de Almeida Costa¹

RESUMO

O presente trabalho procura identificar se e em que medida a Economia Solidária pode contribuir para o desenvolvimento. A Economia Solidária tem sido associada fortemente com movimentos sociais e transformações econômicas, políticas e sociais radicais, que desembocam em uma utopia de superação do modo de produção capitalista. Este artigo analisa o resultado de uma pesquisa exploratória que está sendo desenvolvida na região metropolitana de Porto Alegre, com dezessete empresas solidárias, dentro do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e na qual foram levantadas as inovações que essas empresas apresentam em três diferentes dimensões: econômica, social e político-institucional. Com esse acervo de informações, é possível tirar algumas conclusões preliminares a respeito da relação entre Economia Solidária e Desenvolvimento. O objetivo é identificar se essas inovações estão simplesmente sendo formas criativas de sobrevivência dentro de uma situação de exclusão social dramática, ou se elas configuram um horizonte utópico de um modelo de desenvolvimento sustentável econômica, social e político-institucionalmente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Inovação. Economia Solidária.

ABSTRACT

The present paper aims to identify whether and to what extent Solidarity-based Economy may contribute for development strategies. Solidarity-based Economy is often seen as linked to radical changes into social, economical and political order, which leads it to an utopist horizon of overcoming the capitalist mode of production. The empirical basis of the paper is an exploratory research on Solidarity-based Economy that has been conducted at Post Graduation Program in Management of Federal University of Rio Grande do Sul, within which social, economical and political innovations are assessed. Such innovations allows the researchers to state a set of previous conclusions on such relation between Solidarity-based Economy and Development. The main objective lies on identifying whether such innovations stand for simple creative

alternative strategies of livelihood, in an extreme framework of social exclusion, or whether it may represent an on-building model of an economical, social and political sustainable development.

Keywords: Development. Innovation. Solidarity-based Economy.

INTRODUÇÃO

Apesar dos progressos sociais e técnicos experimentados ao longo do século XX, na esteira do desenvolvimento do sistema capitalista, e que aumentaram a qualidade de vida no planeta, ainda é possível sentir uma falta de equidade na distribuição da riqueza econômica que é produzida e que coloca em torno de um bilhão de pessoas no mundo abaixo da linha de miséria.

Essa perplexidade é também o ponto de partida de Sen (2000), para reexaminar a questão do desenvolvimento:

“O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como o modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política hoje são parte da retórica prevalente. As pessoas vivem em média muito mais tempo do que no passado. [...] Entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias” (SEN, 2000, p.9).

O ritmo crescente do surgimento de novas abordagens do desenvolvimento, a partir do final do século XX, demonstra a preocupação com o estabelecimento de formas mais justas e sustentáveis de organização da vida humana, inclusive na perspectiva de continuidade nas próximas gerações. O

* O presente artigo também foi submetido para inscrição no I Seminário de Desenvolvimento Regional da Feevale (10 e 11 de novembro/2005).

¹Professor do Centro Universitário Feevale. Mestre e Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. e-mail: pedrocosta@feevale.br

conceito de desenvolvimento sustentável materializa o conjunto dessas preocupações e sugere uma forma de conceber, implementar e avaliar políticas de desenvolvimento. Um grande avanço no conceito é a qualidade de poder ser entendido para além de uma dimensão unicamente econômica, e para além do tempo presente.

Dentro desse quadro analítico, é possível um olhar diferenciado para a Economia Solidária. Por Economia Solidária compreende-se, neste artigo, uma pluralidade de tipos de empreendimentos econômicos, resultantes da associação voluntária de pessoas. Esses empreendimentos que assumem formas variáveis de organização (cooperativas, associações, grupos informais) pautam-se pela gestão coletiva, pela propriedade comum dos meios de produção e por relações de trabalho reguladas pelos princípios de autogestão, participação, cooperação, desenvolvimento humano e igualitarismo, e serão chamados aqui de empresas solidárias.

Para se entender a construção deste conceito, é preciso um breve histórico a respeito do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, tanto do ponto de vista da mobilização de diferentes organizações, como também a partir de vários trabalhos de pesquisa acadêmica que têm tentado desvendar a sua complexidade.

O objetivo deste trabalho é identificar, a partir de evidências empíricas de uma pesquisa em andamento na região metropolitana de Porto Alegre, se e em que medida a Economia Solidária está contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, pretende-se avaliar tal contribuição a partir das inovações presentes nos empreendimentos de Economia Solidária. A pesquisa que fornece essas evidências para análise está sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abrange empreendimentos de Economia Solidária da região metropolitana de Porto Alegre, e vai estabelecer comparações nacionais com outras regiões metropolitanas, e também internacionais, com países da América do Sul, do Norte, África e Europa.

Os grupos estudados são cooperativas formadas a partir da falência de indústrias metalúrgicas, assumidas pelos trabalhadores dentro do formato da Economia Solidária, e mais detalhadamente descritas no capítulo 3, na seqüência deste trabalho.

1 DESENVOLVIMENTO

O conceito etimológico de *desenvolvimento* refere um processo natural de revelação de alguma coisa que existe por se. Siedenberg (2003) fala que a

partir da filosofia de Leibnitz, no século XVII, a palavra ganha o significado de evolução a partir de uma seqüência de mudanças de estágio.

Ignacy Sachs, no prefácio da obra de Veiga (2005), refere-se ao vocábulo *desenvolvimento* como um avatar do progresso iluminista. Ou seja, em vez de um processo espontâneo, capaz de revelar a essência das coisas, o desenvolvimento passa a referir-se a uma ação deliberada de alguém que age sobre alguma coisa. Há, então, o agente e o paciente da ação.

O que Karl Polanyi (1980) chamou de a grande transformação da nossa época, ou seja, a criação de uma economia e de uma sociedade - de mercado, que dependia de um processo de contínua expansão, não tardou a se apropriar do conceito desenvolvimento, que dava conta exatamente de expressar a racionalidade de crescimento e acumulação de capital. Assim, desenvolvimento passou a ser sinônimo de crescimento econômico, dentro de uma lógica capitalista de expansão da renda.

Se até o crash de 1929 e a grande depressão que a sucedeu, essa crença no crescimento natural das atividades econômicas baseava-se na utopia de um mercado auto-regulado, Rist (1996) e Siedenberg (2003) apontam que em 1949 o discurso de posse do então presidente norte-americano Harry Truman teria inaugurado uma visão de que deveria haver um esforço internacional, e com presença estatal na condução de um processo de desenvolvimento que reduzisses as desigualdades entre os países.

Contudo, a hegemonia do crescimento econômico sofreu contestações. São novamente os organismos internacionais que demonstram permeabilidade a um tema que começa a chamar a atenção na década de 1960, a saber, os efeitos do crescimento econômico no ambiente natural. Em 1968 é criado o Clube de Roma, formado por pensadores e líderes de vários países, preocupados com os limites do crescimento, que em 1972 publica um relatório chamado exatamente *The limits to growth*, onde se concluiu que o ritmo de crescimento, então observado, esgotaria os recursos naturais e econômicos do planeta em cem anos, e que a alternativa possível seria alterar esse ritmo de crescimento e estabelecer uma condição ecológica e economicamente estável para o futuro.

A ONU, também em 1972, cria o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, depois de uma conferência temática em Estocolmo que é tida como o primeiro grande passo da ONU para incorporar outras dimensões não econômicas à discussão sobre desenvolvimento (VEIGA, 2005). Mas é em 1987, com a edição do relatório Brundtland², que o tema da sustentabilidade ganha definição. Desenvolvimento sustentável passa a ser visto como uma forma de progresso que satisfaça as necessidades

²O Relatório Brundtland é resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, posteriormente publicado com o título "Our common future" (Nosso futuro comum). Ver referência bibliográfica.

do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Esse conceito de sustentabilidade revela uma ética intergeracional até então inédita, pois traz a perspectiva das gerações futuras para o debate sobre o desenvolvimento.

As questões sociais se somam então às ambientais e vão gradualmente minando a hegemonia da lente econômica sobre o desenvolvimento. A ONU criou no final da década de 1980 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 1990 passa a publicar um Relatório de Desenvolvimento Humano e o seu correspondente índice de desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH, além da renda, considera a longevidade e a escolaridade como fatores de qualidade do desenvolvimento humano. Os relatórios do PNUD são sempre anuais e temáticos, abordando diferentes questões globais que implicam uma melhor qualificação do desenvolvimento.

Veiga (2005) identifica no PNUD uma inspiração evidente nas concepções do economista paquistanês já falecido Mahbud ul Haq, que foi o coordenador do programa, e também do economista indiano Amartya Sen, cujas idéias serão mais detalhadas adiante. “Na concepção de Sen e Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer na vida.” (VEIGA, 2005, p. 85).

A análise do desenvolvimento por parte dos organismos multilaterais amadurece no modelo dos três pilares, onde a dimensão econômica passa a dividir espaço com questões ambientais e sociais, preocupações globais que, aparentemente, ganham destaque e a preocupação da comunidade internacional. Esse modelo revela uma ética intrageneracional que o conceito de sustentabilidade de Brundtland não contemplava. O desafio da sustentabilidade passa agora por levar em conta que diferentes dimensões da vida sejam uma preocupação do desenvolvimento, agora e no futuro.

Pouco a pouco, o que Rist (1996) chamou de uma crença ocidental e Furtado (1977) caracterizou como um mito, vão perdendo força. A idéia de Truman, de que o desenvolvimento tem um único ponto de chegada para todos, vai ficando pelo caminho, à medida que os organismos multilaterais passam a reconhecer, ao menos teoricamente, diversidades econômicas, sociais, culturais e institucionais. Apesar da metamorfose na meteórica história do desenvolvimento como um projeto de sociedade, os traços de predominância da lógica econômica ainda permanecem evidentes, e as críticas que se colocam a essas iniciativas globais trilham exatamente o caminho do questionamento dessa hegemonia.

1.1 Desenvolvimento como liberdade

A abordagem que rendeu ao economista indiano Amartya Sen o prêmio Nobel de economia de 1998 vem de uma extensa e substancial construção teórica desde meados dos anos 1970. A abordagem das capacitações define o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. As liberdades são, assim, meio e fim do desenvolvimento. São meio para o desenvolvimento porque permitem aos indivíduos ter a capacidade de fazer escolhas, que podem lhe trazer bem-estar e uma vida melhor. Mas são também fim do desenvolvimento, por uma razão ética: ter liberdade é um direito do ser humano e uma condição fundamental para a sua capacitação.

Desenvolver, para Sen (2000), é remover todas as fontes de privação das liberdades humanas. Ele identifica cinco diferentes tipos de liberdades: liberdades políticas (eleições democráticas, fiscalização, expressão política, etc.), facilidades econômicas (oportunidades de utilizar recursos econômicos no consumo, troca, ou produção, respeitando sempre questões distributivas na discussão do crescimento da renda nacional), oportunidades sociais (disposições sociais de educação, saúde, entre outras), garantia de transparência (presunção básica de confiança, liberdade de lidar com os outros sob garantias de clareza) e segurança protetora (rede de proteção social com disposições institucionais fixas que garantam a impossibilidade da miséria abjeta, da fome e da morte) (SEN, 2000, p.54-57).

O reducionismo do pensamento utilitarista é, no pensamento de Sen, a fonte de uma dissociação entre ética e economia. O utilitarismo pressupõe uma racionalidade em que a única motivação do ser humano é o seu bem-estar, medido pela satisfação trazida pelas coisas que possui, ou tem, ou usa. Sen (1999) questiona primeiramente se é a utilidade (medida de satisfação) que melhor representa o bem-estar de alguém e, segundo, se o bem-estar seria a única medida de êxito das pessoas.

Para Sen (2000), as diferentes formas de liberdade se suplementam mutuamente, e ele fornece exemplos de países onde, por exemplo, as oportunidades sociais, como educação, saúde e seguridade se anteciparam às facilidades econômicas, refutando qualquer protagonismo ou precedência das liberdades econômicas sobre a construção de quaisquer outras liberdades.

Do gozo da liberdade ou do usufruto da condição de agente das pessoas, decorre que podem existir diferentes escolhas de desenvolvimento. Este postulado é fundamental para a hipótese desta pesquisa: para se entender se a Economia Solidária contribui para o desenvolvimento, é preciso que se entenda claramente primeiro o que é desenvolvimento. A abordagem das capacitações de Sen materializa e condensa uma série de sinais pretéritos que alargam o conceito de desenvolvimento para além da noção de crescimento econômico, e é a partir dessa perspectiva

que se pode fazer uma real avaliação da contribuição que a Economia Solidária possa trazer.

Para a análise desta pesquisa, foi usada a categoria inovação para medir os ganhos que a Economia Solidária poderia estar trazendo no sentido de garantir uma vida melhor às pessoas que com ela estão envolvidas, portanto, desenvolvimento para elas. A seção seguinte trata rapidamente de como está sendo entendida a inovação para essa finalidade.

2 INOVAÇÃO

A revisão bibliográfica empreendida sobre inovação parte do conceito desenvolvido dentro da teoria econômica. É fundamental lembrar que está sendo entendido neste trabalho que a abordagem econômica da inovação é insuficiente para dar conta das inovações em Economia Solidária, mas que é um sólido ponto de partida.

Por outro lado, a escolha da categoria inovação para se analisar o fenômeno da Economia Solidária deriva da idéia de que, a exemplo da inovação econômica schumpeteriana, que é o motor do crescimento econômico, as inovações apresentadas na Economia Solidária podem também ser o motor de um padrão de desenvolvimento que não seja um mero crescimento econômico.

Schumpeter divergiu da tendência entrópica ao equilíbrio, preconizada pelos economistas neoclássicos, dizendo que o empreendedor capitalista representava a possibilidade de rompimento dessa cadeia de decisões racionais da firma e do consumidor, no momento em que ele propõe uma inovação. Para Schumpeter (1912), a inovação pode ser um novo produto, um novo processo de fabricação, a exploração de um novo mercado, uma nova fonte de matéria-prima ou uma reorganização estrutural da empresa.

Para o empreendedor schumpeteriano, a estabilidade representa uma estagnação indesejável. A partir do que ele chama de processo de destruição criadora, o empreendedor rompe o fluxo circular com uma inovação, com a apresentação de um benefício inédito ao consumidor incorporado ao seu produto, de forma que com isso o consumidor se disponha a pagar por esse produto um pouco mais, gerando o dito lucro extraordinário, que, por seu turno, deve ser reinvestido em mais inovações que garantam a sustentabilidade da diferenciação e do crescimento.

A partir da abordagem schumpeteriana da inovação se desenvolve a teoria evolucionista da economia (DOSI, 1991; PISANO; TEECE, 1989; NELSON; WINTER, 1982), segundo a qual a rotina das firmas não é mais a estabilidade do fluxo circular, mas sim a busca deliberada da destruição criadora decorrente dos processos de inovação. A abordagem evolucionista confere grande importância à inovação, e em especial aos processos pelos quais ela se manifesta, como a aprendizagem, a cooperação, o trabalho em rede e os respectivos processos de regulação ou governança.

A contribuição da abordagem evolucionista está em considerar que qualquer modificação de produto ou processo que seja inédita para a firma, consiste em uma inovação, ainda que ela não seja uma característica nova no mercado. Ou seja, quase tudo que a firma fizer e que seja diferente do que ela já vinha fazendo, passa a ser visto como uma inovação.

Entendida por esse novo foco, a inovação passa a ser uma forma de a firma, em vez de proteger-se da incerteza, fazer uso dela para buscar e adotar novos produtos, novos processos produtivos e novos arranjos organizacionais (DOSI, 1988), desenvolvendo maior competitividade.

2.1 Inovação em Economia Solidária

A transposição do conceito de inovação para a Economia Solidária não pode acontecer sem ajustes. Colocada na perspectiva da firma capitalista, a inovação é uma ferramenta de aumento de competitividade, mesmo nos momentos de cooperação com outras firmas. Os principais limites desse foco de inovação são decorrentes exatamente da racionalidade de mercado da economia capitalista, e que são questionados na Economia Solidária.

O primeiro limite é o foco no crescimento constante das firmas e dos mercados, uma febre expansionista que está fortemente ligada ao conceito de desenvolvimento como simples crescimento econômico. O segundo limite é decorrente do primeiro: as inovações pensadas estão sempre na esfera econômica. Mesmo quando se fala de um processo social como a aprendizagem nas redes, ele está subordinado a um objetivo econômico. Certamente poderiam ser apontados outros problemas para a o uso dessa categoria na análise da Economia Solidária, mas se forem superados esses dois primeiros, já há um avanço significativo para o objetivo desta pesquisa.

A seguir, é apresentada uma tipologia que permite avançar nessa construção. Ela está dividida em três eixos de discussão, tendo em vista a necessidade de desenvolver uma ferramenta de análise, entretanto todos eles se encontram fortemente imbricados. A proposta de três eixos decorre de estudos e pesquisas anteriores e também dos limites desta pesquisa. Por ser uma pesquisa comparativa internacional, está se partindo de um modelo analítico comum ao grupo de pesquisa, resumido no quadro abaixo, onde se destacam diferentes formas de inovação em Economia Solidária:

Tipo de inovação	Indicadores
Dimensão econômica	
Inovação organizacional	O empreendimento de Economia Solidária é uma inovação em si (quando é do "tipo ideal")
Aspectos gerenciais	Natureza do produto/serviço; formas de comercialização; tipo de financiamento; concorrência
Tipo de ocupação	Relação de trabalho: associado, cooperado, assalariado, voluntário
Organização do tempo	Carga horária, jornada de trabalho
Dimensão político-institucional	
Gestão coletiva	Divisão do trabalho, gestão, hierarquia
Natureza das redes de apoio	
Dimensão social	
Relações de trabalho	Divisão do trabalho e dos resultados, assim como a forma como são decididas essas divisões

Figura 1: Tipologia de inovações em Economia Solidária.
Fonte: Grupo de Pesquisa PPGA/UFRGS.

Esta tipologia está sendo usada para a análise dos dados coletados a partir de instrumentos que contemplam essas três dimensões. Alguns critérios para a análise das dimensões e indicadores escolhidos são resumidamente listados a seguir.

2.1.1 Dimensão econômica

A primeira das três dimensões, através das quais se pretende analisar as inovações encontradas em empreendimentos de Economia Solidária, enfoca aspectos econômicos que são fundamentais para a sua caracterização. Isso permite uma comparação direta com as firmas capitalistas e o uso de elementos da teoria econômica para tentar entender o modo de funcionamento desses empreendimentos e as inovações que eles apresentam. Dentro dessa dimensão econômica, podem ser analisados o desenho organizacional em si, alguns elementos da sua gestão e a organização do trabalho e do tempo.

Para o escopo deste trabalho, e novamente para garantir a comparabilidade internacional, um empreendimento de Economia Solidária puro é aquele que é voluntário na sua fundação, apresenta uma autogestão democrática e distribui o seu resultado econômico entre todos os seus membros indistintamente.

A partir desse tipo ideal, uma primeira suposição possível é que a Economia Solidária, em si, representa uma inovação na forma de ocupação e geração de trabalho e renda. Embora Singer (2000a) identifique a retomada de valores cooperativos do século XIX e uma oposição organizada ao modelo econômico capitalista, as evidências empíricas de pesquisas brasileiras apontam que a Economia Solidária se apresenta, primeiramente, embora não unicamente, como uma alternativa ao emprego que desapareceu no esteio da reestruturação produtiva dos anos 1990 (GAIGER, 2000; 2003; SINGER, 2000b; TIRIBA, 2000; CARRION, 2002; TODESCHINI; MAGALHÃES, 2002).

Evidentemente que a Economia Solidária como resposta ao desemprego é uma assunção bem menos glamourosa do que a encarar como uma bandeira de

lutas ideológicas capaz de acabar com todas as desigualdades, e construir o mundo sonhado no seio de utopias solapadas no crepúsculo do século XX. Por outro lado, essa assunção estrutura uma dimensão concreta e anterior sobre a qual algumas metas e lutas podem ser baseadas.

Entender a Economia Solidária como uma inovação em si, permite valorizá-la como uma forma de reinserção social ampliada. É óbvia a vantagem de uma recuperação econômica que confere ao cidadão alguns intitulentos econômicos, mas são ainda as evidências empíricas que têm demonstrado que intitulentos de outra ordem, políticos e culturais, por exemplo, são também reconquistados pelas pessoas que estão trabalhando nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Esses ganhos não econômicos serão melhor explorados adiante, mas interessa sublinhar, neste momento, que fica extrapolada a dimensão econômica, fundamental mas não suficiente para uma inserção realmente cidadã.

Reconhecer o valor do resgate econômico das pessoas envolvidas nos EES é imperioso para entender a Economia Solidária como uma estratégia inovadora de reinserção social. O trabalho associado e cooperado não é de modo algum inédito na história, e nesse sentido se entende a afirmação de Singer (2000a) de retomada de valores solidários após uma longa hegemonia da impessoalidade e da racionalidade técnico-burocrática (MOTTA; VASCONCELOS, 2002) trazida pela Revolução Industrial e pelo taylorismo-fordismo. Entretanto, a sua organização em moldes solidários, como uma resposta ao desemprego, levanta a necessidade de se investigar como acontece a organização e a mobilização iniciais desses grupos, na tentativa de identificar como e por que emergem os EES.

Ainda na perspectiva da organização econômica dos empreendimentos de Economia Solidária, pode-se lançar mão do conceito de inovação dentro da economia, trazendo a percepção de que algumas soluções organizacionais já conhecidas podem se revelar importantes ferramentas de inovação diante de situações inéditas. A inovação consiste efetivamente no alcance de resultados diferentes, e nesse sentido as soluções gerenciais para comercialização, financiamento e relacionamento com a concorrência na Economia Solidária podem apresentar inovações importantes.

Em contraste com as típicas relações do trabalho pós Revolução Industrial, onde o mundo do trabalho aparece radicalmente dissociado do mundo da vida, o convívio solidário e democrático ressalta e reforça laços sociais, e isso pode ser uma inovação importante na construção do desenvolvimento. É preciso identificar como são as relações de trabalho, uma vez que dentro da lógica da Economia Solidária muitas vezes convivem o trabalho associado ou cooperado junto com o trabalho voluntário (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), diferenciando-se das tradicionais relações assalariadas do capitalismo.

No nível da pesquisa, portanto, será importante identificar a presença ou não dessas características, pois a reprodução de modelos gerenciais tradicionais dentro dos EES pode comprometer a proposição de inovações consistentes.

2.1.2 Dimensão político-institucional

Esta dimensão de inovações procura entender como acontece, em nível interno, a autogestão do empreendimento, assim como, em nível externo, como acontecem as relações em rede. O objetivo evidente dessa investigação é desvendar a ação política nos empreendimentos, nas suas manifestações interna e externa.

A autogestão se apresenta, também entre outras dimensões, como uma diferenciação fundamental da Economia Solidária, na medida em que ela representa um avanço simbólico importante sobre uma das mais nefastas características das relações de trabalho sob o capitalismo, a saber, a subordinação hierárquica amparada por um aparato burocrático (MOTTA, 1981) ou, numa expressão ainda mais dramática, na exploração do homem pelo próprio homem.

A forma como a autogestão se implanta no Brasil, contando com uma larga gama de entidades e organizações apoiadoras (CARRION, 2002; ANTEAG, s/d.), representa também uma inovação marcante. Aliás, a questão das parcerias vai merecer, na próxima seção, uma atenção especial. Focando novamente na autogestão e nas relações democráticas dos EES, especialmente nos processos de tomada de decisão, é preciso reconhecer que esses traços representam uma retomada de valores que historicamente vêm de longe (TRAGTENBERG, 1980; SINGER, 2000a), mas que assumem novos formatos que vão procurar dar conta de situações e contextos que, esses sim, são novos, por dizerem respeito ao tempo presente e aos seus desafios.

Assim como as firmas têm buscado as formas de organização coletivas, anteriormente citadas, para aumentar a sua capacidade competitiva, também a Economia Solidária se encontra perante o desafio de desenvolver redes que potencializem a sua capacidade de transformação (MANCE, 2001; SANTOS; RODRIGUEZ, 2002). Os estudos têm demonstrado a presença de um largo espectro de atores sociais, representando diferentes espaços, no apoio ao surgimento e consolidação dos EES (CARRION; LOPES, 2004; CARRION; COSTA, 2004), revestindo essa dimensão de análise com uma relevância ímpar.

É preciso, no entanto, analisar cuidadosamente como são estabelecidas essas relações, quais os papéis que são assumidos pelas organizações apoiadoras e, em especial, como essas organizações trabalham ao mesmo tempo ajudando os grupos e fortalecendo a sua autonomia. O apoio e a educação na Economia Solidária requerem cuidados metodológicos que trabalhem na perspectiva do desenvolvimento da autonomia dos grupos (COSTA, 2004), sem a qual a sua capacidade

inovadora e transformadora fica comprometida.

Em nível externo, as relações dos EES com as entidades apoiadoras também têm se mostrado complexas (GAIGER, 2001) e problemáticas (CARRION; LOPES, 2004), exigindo dos empreendimentos uma postura política sofisticada e inovadora. Nesse sentido, se torna uma dimensão de estudo epistemologicamente interessante e metodologicamente desafiante. A participação e o protagonismo político no Brasil ainda se deparam com desafios e limites relevantes em diferentes espaços de discussão (BARTH; BROSE, 2002; SANTOS JR., RIBEIRO; AZEVEDO, 2004), e dentro da Economia Solidária esses traços sociais podem se revelar como inibidores de uma autogestão realmente autêntica, participativa e democrática.

2.1.3 Dimensão social

Esta dimensão compreende as relações sociais dentro dos empreendimentos de Economia Solidária, especialmente a divisão do trabalho e a divisão dos ganhos. Mais do que simplesmente saber como são divididos o trabalho e os ganhos, interessa especialmente investigar como e por quem são tomadas essas decisões de divisão.

Como decorrência da forma de organização assumida pelos EES, e também pelo seu formato jurídico para os grupos que são formalizados, usualmente cooperativas ou associações (SINGER, 2000b; ICAZA, 2004), a distribuição dos resultados econômicos assume um papel central na caracterização dos grupos. As pesquisas (GAIGER, 2000; 2003; SINGER, 2000b; TIRIBA, 2000; CAMP, 2002; CARRION et al., 2004; ICAZA, 2004) têm mostrado que a partilha igualitária dos resultados entre os sócios é a forma padrão de remuneração do trabalho desenvolvido.

Dentre outras características da Economia Solidária, como a autogestão democrática, é essa forma de partilha que mais inspira os teóricos (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002; SINGER, 2003; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2004) a identificarem-na como um vetor de mudanças sociais mais amplas e radicais, capaz, a partir de dentro do sistema econômico hegemônico, de poder erigir uma organização social inovadora.

Colocada na perspectiva histórica do trabalho assalariado e de suas mazelas (ANTUNES, 1999; CASTEL, 1998), a partilha dos ganhos entre os trabalhadores e trabalhadoras associados representa uma inovação interessante, ainda que não inédita. Iniciativas autogestionárias anteriormente investigadas (TRAGTENBERG, 1980) deixam evidente que essas tentativas sempre se apresentaram como alternativas ideológicas à desigualdade e à exploração capitalistas. É preciso investigar, no presente trabalho, em que medida essa partilha, se e quando ela acontece, significa uma forma de luta ou apenas uma forma possível de geração de renda diante de uma falta de alternativas, o que pode então permitir investigar e avaliar o seu caráter realmente inovador.

3 RESULTADOS DA PESQUISA: INOVAÇÕES ENCONTRADAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A pesquisa referida, que dá a base empírica deste artigo, ainda está em andamento. Foram pesquisados dezessete empreendimentos de Economia Solidária na região metropolitana de Porto Alegre, sendo 13 unidades de triagem de resíduos sólidos, que recebem a coleta seletiva feita pela prefeitura municipal e 4 metalúrgicas que funcionam como cooperativas autogestionárias, que assumiram empresas falimentares ou falidas. A amostra brasileira da pesquisa também teve dados coletados nas regiões metropolitanas de Curitiba e Belo Horizonte, além de prever entrevistas específicas com organizações apoiadoras da Economia Solidária nas mesmas regiões. Para basear as primeiras conclusões deste artigo, está se trabalhando apenas com as empresas metalúrgicas. Esta separação é importante porque os empreendimentos se revelaram bastante diferentes entre os dois segmentos pesquisados na região de Porto Alegre, em função de peculiaridades tecnológicas, do histórico e qualificação dos trabalhadores, e dos tipos de organizações apoiadoras. Esse segmento foi o que o pesquisador teve maior contato durante a fase de coleta de dados³.

Na dimensão econômica, apenas uma das quatro empresas solidárias pesquisadas se mostrou uma inovação organizacional em si, ou seja, pode ser classificada dentro do “tipo ideal” de empresa solidária. As demais deixavam de apresentar ao menos um dos traços definidos: em relação à forma de criação, apenas uma era cooperativa que foi criada voluntariamente, enquanto todas as demais foram induzidas; em relação à gestão, também apenas uma tinha uma autogestão democrática, uma tinha traços de participação limitada e outras duas apresentavam uma gestão centralizada em um pequeno grupo; quanto à forma de distribuição dos ganhos, apenas uma das quatro apresentava uma divisão igual de todos os ganhos entre os cooperados.

Ainda dentro da dimensão econômica, os aspectos gerenciais ainda são ortodoxos: quase nenhum produto novo foi criado ou desenvolvido, à exceção de uma das cooperativas que enfrenta uma forte concorrência (e que contratou técnicos empregados em funções mais sofisticadas da produção e para as vendas). Também não foram exploradas outras formas

de comercialização, financiamento e controles de custos. Uma das metalúrgicas inclusive usava a mesma planilha de custos da antiga empresa falida para definir preços de venda, embora o consultor do SEBRAE estivesse trabalhando na sua reformulação para atender às peculiaridades da estrutura de custos da cooperativa.

O tipo de ocupação e a organização do trabalho dentro das cooperativas apresentavam diferenças. Um dos grupos contratou pessoas de fora da cooperativa em função de especificidades do seu mercado, como citado anteriormente, enquanto que nas outras três só haviam cooperados trabalhando. As pessoas que estão lá são remanescentes das antigas empresas, sempre em número menor do que o anterior à falência.

A maneira como os postos de trabalho vão sendo ocupados ao longo do tempo também revelam formas inovadoras de seleção. A maior das quatro cooperativas, que antes da falência tinha cerca de 400 pessoas empregadas, chegou a trabalhar com 170 cooperados, e no momento da pesquisa tinha cerca de 60 pessoas trabalhando. Na fundação da cooperativa, em 2001, todos os 400 ex-empregados se inscreveram para trabalhar, e os critérios de chamada estavam baseados na multifuncionalidade e no comprometimento das pessoas, medidos segundo uma avaliação subjetiva da comissão coordenadora. À medida que a demanda por produção aumentava ou diminuía novas chamadas e “dispensas” aconteciam sob os mesmos critérios. Segundo a fala de um cooperado, que supervisionava toda a produção, era o “mercado” que definia a entrada e saída das pessoas.

Em outra cooperativa, a que atendia ao perfil do “tipo ideal”, a entrada de novos sócios era mais lenta, também obedecia ao aumento de demanda obtido com a reconquista de antigos clientes da indústria falida e acontecia em reuniões ampliadas onde o nome de ex-colegas eram lembrados também em função do conhecimento que demonstravam ter. A entrada na cooperativa acontecia na forma de um “estágio” de três meses onde o que era avaliado era o “espírito cooperativo” do novo sócio potencial, em função das particularidades do trabalho cooperado. Não havia dispensa de sócios: quando ocorria diminuição na demanda, diminuía o valor partilhado entre os que estavam trabalhando.

Uma inovação importante e que estava sendo implementada ao final da fase de coleta de dados da

³A principal forma de coleta de dados foi a aplicação de um questionário em todos os empreendimentos pesquisados. Além dessa entrevista, que durava cerca de duas horas, houve em cinco dos dezessete empreendimentos pesquisados (três deles foram cooperativas de metalurgia, das quatro que compõem a base de dados da pesquisa ora relatada) um acompanhamento sistemático durante quatro meses dentro do Projeto Residência Solidária, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse projeto de extensão, estudantes de graduação e pós graduação da EA/UFRGS acompanharam o desenvolvimento dos empreendimentos em visitas semanais, supervisionadas pela professora coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Terceiro Setor (NIPETS). A Residência Solidária também contava com seminários internos de troca de experiência e de estudos sobre Economia Solidária e metodologias de pesquisa, além da supervisão eventual de outros professores da EA/UFRGS que auxiliavam no atendimento aos empreendimentos. A Residência está sendo relatada em um livro editado pela editora da UFRGS, com previsão de publicação até o final de 2005.

pesquisa é a transferência de uma das cooperativas para o prédio de outra, processo através do qual haverá o compartilhamento da área física da maior delas. Essa mudança ocorreu por articulação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e como forma de manter a viabilidade econômica da menor das duas, cujo prazo de uso de uma Incubadora da prefeitura estava se encerrando durante o prazo da pesquisa. Este passo, embora possa parecer uma atitude reativa e paliativa frente a uma situação de dificuldade, é significativo do ponto de vista de uma forma de organização econômica que compartilhe recursos entre empresas solidárias, podendo, mais tarde, impulsionar outras formas de colaboração mais intensiva em termos de conhecimento, acesso a mercados e a tecnologias.

Na dimensão político-institucional, que é um ponto fundamental na diferenciação da Economia Solidária, há ainda espaço para desenvolvimento da autogestão e dos mecanismos internos de participação e decisão. Em todas as cooperativas pesquisadas há uma comissão gestora, sendo que em três delas aparecem traços de centralização de decisões nesse núcleo, minando a participação dos demais cooperados e o desenvolvimento político que essa participação poderia proporcionar. Somando-se a isso alguns contrastes na remuneração dos cooperados dessas comissões, perde-se muito do espaço de crescimento político que poderia estar acontecendo.

Em nível externo, há interessantes articulações acontecendo. Os quatro empreendimentos pesquisados fazem parte de um projeto chamado Complexos Cooperativos, desenvolvido pela ADS em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), no qual os empreendimentos recebem acompanhamento de consultores do SEBRAE e os cooperados recebem formação social e política da ADS. Esse projeto revela uma aliança interessante entre uma entidade de trabalhadores e uma de empregadores em torno da Economia Solidária. Do ponto de vista do sindicalismo de trabalhadores, representa um reconhecimento dos trabalhadores da Economia Solidária, que não são sindicalizados, como uma classe que merece a solidariedade dos trabalhadores da economia formal. A participação desses grupos em Fóruns Municipais e Estaduais de Economia Solidária e outros fóruns sobre desenvolvimento local representam um amadurecimento político instigante, assim como o diálogo com o Poder Público e com ONGs de apoio.

O projeto de complexos cooperativos prevê uma maior integração e cooperação tanto em escala regional como nacional, e difusão de conhecimento a partir dos empreendimentos e também das organizações apoiadoras, culminando em arranjos produtivos complexos e solidários.

Além disso, as cooperativas estão em relação direta com o mercado, sejam clientes ou fornecedores, portanto também precisam estabelecer relações

externas que são estritamente comerciais e pautadas por uma racionalidade estratégica a toda prova.

Por fim, na dimensão social, as relações de trabalho ainda não correspondem a um modelo idílico de absoluta solidariedade e transparência. Os processos de centralização de decisões e diferenciação de remuneração, em alguns casos, espelham algumas assimetrias internas que não mostram um quadro absolutamente democrático e igualitário. O próprio processo de divisão do trabalho hierarquiza saberes tanto administrativos quanto técnicos. Posições anteriores à falência são mantidas ou servem de base para a nova organização do trabalho que se instaura. Em uma das cooperativas, por exemplo, o antigo motorista, que conhecia todas as empresas clientes, é hoje coordenador comercial em função desse “background”.

As decisões a respeito dessa organização social interna são, invariavelmente, vista pelos coordenadores como processos democráticos e abertos à participação de todos, mas as entrevistas revelavam vários processos cuja decisão era centralizada nos grupos gestores, inclusive algumas decisões que tinham implicação direta na organização da cooperativa, como no exemplo da entrada e saída de sócios da cooperativa. É necessário, entretanto, que se aprofunde e se acompanhe mais intensamente esses processos de tomada de decisão, inclusive a partir de olhares multidisciplinares, para que se consiga ter maior clareza quanto a constituírem ou não um processo social inovador. O que parece evidente, pelas respostas colhidas, é um desejo grande de se praticar formas democráticas de decisão. Alguns coordenadores falam até de uma certa apatia e de falta de envolvimento dos demais cooperados na gestão, dando a entender que gostariam de contar com uma maior participação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as evidências empíricas mostrem que ainda existe uma grande distância entre o modelo ideal de empresa solidária e as práticas operadas nos empreendimentos pesquisados, sem dúvida eles apresentam inovações significativas em relação à empresa capitalista tradicional. As cooperativas metalúrgicas tomadas como amostra, por serem todas uma continuidade de ex-empresas falidas, carregam traços bem marcantes das gestões anteriores, ou seja, os ex-empregados, uma vez assumindo a gestão do empreendimento, parecem reproduzir uma série de procedimentos “herdados” do modelo anterior.

Entretanto, há em todas elas algumas inovações econômicas, político-institucionais e sociais que devem ser valorizadas como portadoras de uma racionalidade própria e em construção. Essas inovações não representam, necessariamente, um rompimento ou ruptura com a estrutura de mercado, o que não poderia mesmo se esperar a partir do seu histórico de fundação

e a sua total imersão em relações mercadológicas complexas. O que se revela é, isso sim, a procura pela sobrevivência dentro dessas relações de mercado ao mesmo tempo em que os processos de organização interna são reconstruídos e reconfigurados.

Na dimensão econômica, começam a se ensaiar arranjos produtivos a partir de algumas formas de cooperação entre essas empresas. Ainda que tímidas, tais iniciativas representam uma vitória sobre a inércia de manutenção de uma busca pura e simples de inserção no mercado. Uma estrutura cooperativa mais complexa pode propor diálogos que abram espaços para uma economia plural.

Na dimensão político-institucional, a construção de redes de organizações apoiadoras formadas por sindicatos, poder público, universidade e ONGs, mesmo que ainda seja igualmente modesta e carente de um mecanismo de governança mais eficiente, demonstra uma capacidade agregadora muito forte, capaz de catalisar mais participação, esforços e recursos.

Na dimensão social, pode-se perceber um evidente processo de experimentação e aprendizagem, onde as ONGs e a ADS, representando a presença do movimento sindical, têm papel fundamental na educação democrática. Pressionados por um grave quadro de estrangulamento econômico e limites educacionais, os cooperados desenvolvem um processo de autoconhecimento e busca de formas mais satisfatórias de gestão cujos pequenos avanços devem ser valorizados.

O conjunto de inovações percebidas permite concluir que a maneira como os empreendimentos solidários têm procurado se organizar, tanto interna quanto externamente, representam a busca de uma qualidade de vida onde a satisfação de necessidades econômicas, mesmo sob graves limitações, não parece ser a finalidade última do trabalho. Mesmo o que parece ser tropeços e equívocos dos dirigentes desses empreendimentos na condução "tipo-ideal" de autogestão democrática precisa ser colocado na perspectiva de uma construção que é própria desses grupos e que, não necessariamente, vão corresponder aos modelos idealizados na concepção teórica da Economia Solidária.

Ao contrário, pela concepção de desenvolvimento que se esboçou rapidamente no começo deste artigo, onde ele representa a busca de uma melhor qualidade de vida das pessoas, é exatamente o fato de o processo de trabalho que está sendo construído nesses empreendimentos ser especialmente singular e resultado das discussões, avanços e retrocessos do próprio grupo, é que a Economia Solidária pode ser considerada, neste e somente neste sentido, um vetor de desenvolvimento, na medida em que permite, a partir do diálogo e da construção democrática, a busca permanente de uma vida melhor, econômica e socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo, ANTEAG, s/d.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 3a ed. São Paulo, Boitempo, 1999, 259 p.

BARTH, J., BROSE, M.. Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 2002.

CAMP Centro de Assessoria Multiprofissional. Economia popular solidária: pesquisa-ação. Porto Alegre, CAMP, 2001, 159 p.

CARRION, R.S.M. Economia solidária no RS: desafios à sustentabilidade. In: ASSEMBLÉIA DO CLADEA, 37, 2002, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, CLADEA, 2002, 10p.

_____. Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios de governança à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da Economia Popular e Solidária no Rio Grande do Sul. In: IV Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo - "El Trabajo en América Latina en los comienzos del siglo XXI: perspectivas de su carácter emancipador y de su centralidad". 9 al 12 de septiembre del 2003. La Habana, Cuba. [Anais...] . Havana, 2003.

CARRION, R.S.M. et al. Initiatives économiques populaires et lutte contre l'exclusion au Brésil. In: FALL, A.S., FAVREAU, L., LAROSE, G. (orgs.). Le Sud et le nord dans la mondialisation: quelles alternatives?. Sainte-Foy, Karthala/Press de L'Université du Québec, 2004.

CARRION, Rosinha da Silva Machado e COSTA, P.A. A gestão da economia solidária como uma política pública de geração de trabalho e renda. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador, UFBA, junho 2003 [Anais...]. Salvador, UFBA, 2003.

_____. Pesquisa-ação sobre uma rede de atores sociais em torno da questão da reciclagem de resíduos sólidos. In: ARAÚJO, Margarete Panerai (org.). Responsabilidade social como ferramenta de política social e empresarial. Novo Hamburgo, Feevale, 2004, p.117-129.

CARRION, R.S.M. e LOPES, A.O. Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In: CARVALHO NETO, A., NEVES, M. A., FERNANDES, D. M. (orgs.). Trabalho e cidades. Belo Horizonte, IRT/PUCMG, 2004, p.211-236.

CASTEL, R. A metamorfose da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. (org.). A outra economia. Porto Alegre, Veraz editores, 2003.

COSTA, P. A. Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003a.

_____. Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária. In: Encontro Anual da ANPAD, 27, 2003, Atibaia, SP. [Anais...] Rio de Janeiro, ANPAD, 2003b, 15 p.

_____. O ensino da administração para empreendimentos populares: os cuidados metodológicos em busca de uma pedagogia emancipadora. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 3. Atibaia, SP, 2004. [Anais...]. Rio de Janeiro, ANPAD, 2004, 15 p.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, Giovanni et al. Technical change and economic theory. London, Pinter, 1988.

_____. Perspectives on Evolutionary Theory. Science and Public Policy, 18(6):353-61, december, 1991.

DOSI, G.; TEECE, D.; WINTER, S.. Toward a theory of corporate coherence: preliminary remarks. In: DOSI, G. et al. (orgs.). Technical change and economic theory. London, Pinter Publishers, 1988, 185-211.

EID, F. (org.). Construindo uma economia solidária. Campinas, Confederação Nacional dos Metalúrgicos. CNM/CUT, 2002, 50p.

FAVREAU, L. Création de richesses en contexte de précarité: une comparaison Sud-Sud (Afrique et Amérique Latine) et Nord-Sud (Canada, Afrique et Amérique Latine). CAHIERS DU CRISES, no. 9729, decembre 2002, 19 p.

_____. Movimiento ciudadano internacional, alternativas económicas y desarrollo social. Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités. Université du Québec en Outaouais, Octobre, 2003.

FRANÇA FILHO, G.C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26, 2002, Salvador, BA. Anais... Rio de Janeiro, ANPAD, 2002a, 14 p.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: BAHIA: análise e dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, junho 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, J. L. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, UFRGS/LSCI, 2004.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento. São Paulo, Companhia editora nacional, 1977.

GAIGER, L. I. G.. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000, p.267-286.

_____. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. Ciências Sociais Unisinos. Centro de ciências humanas, Universidade do Vale do Rio do Sinos. V 37, n. 159 São Leopoldo, Unisinos, 2001, p. 103-151.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (org.). A outra economia. Porto Alegre, Veraz editores, 2003, p. 135-143.

_____(org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p.17-53.

LAVILLE, J. L. Fato associativo e economia solidária. In: BAHIA: análise e dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.25-33, junho 2002.

MANCE, E. A. A revolução das redes : a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 2. ed. , 2001, 220 p.

MOTTA, F C. P. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo, Brasiliense, 1981, 170 p.

_____; VASCONCELOS, I. G. Teoria geral da administração. São Paulo, Thomson, 2002.

NELSON, R. National innovations systems: a retrospective on a study. In: Industrial and corporate change, 1992, P. 347-374.

NELSON, R. , WINTER, S. An evolutionary theory of economic change. Cambridge, Harvard business Press, 1982.

ONU - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1988. 430 p.

PISANO, G., TEECE, D. Collaborative arrangements and global technology strategy: some evidence from telecommunications equipment industry. In: Research on technological innovation, management and policy. Vol. 4, p.257-281, 1989.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

RIST, G. Le développement: histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

SANTOS, B. S., RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 514 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 2), p. 23-77.

SANTOS JR., O. A. Democracia e governo: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2001.

SANTOS JR., O. A., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. (orgs.). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2004.

SCHUMPETER, J. (1912). A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Ed. Abril, Col. Os Economistas, 1985. (para a edição brasileira).

_____. (1942). Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SEN, A. Sobre ética e economia. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, 143p.

_____. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. Desigualdade reexaminada. São Paulo, Record, 2001, 301p.

SIEDEBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. e WITTMANN, M. L. (orgs.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003, p.157-173.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000a, p. 11-28.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000b, p.123-133.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). A outra economia. Porto Alegre, Veraz editores, 2003, p.116-125.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

TIRIBA, L. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000, p. 221-243.

TODESCHINI, R. e MAGALHÃES, R. A CUT e a economia solidária. Disponível em www.cut.org.br, acessado em 15/04/2002, 22 p.

TRAGTENBERG, M. Administração, poder e ideologia. São Paulo, Moraes, 1980.

UNITRABALHO Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate. São Paulo, Unitrabalho, s/d.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. São Paulo, Gramond, 2005.